

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 536.941 - SP (2019/0295564-6)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ISABELA VELOSO MONREAL - SP279117
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LUIZ CARLOS INACIO DA SILVA (PRESO)
PACIENTE : CARLOS HENRIQUE DOS SANTOS VIEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado em favor de **LUIZ CARLOS INACIO DA SILVA E CARLOS HENRIQUE DOS SANTOS VIEIRA**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta dos autos que os pacientes foram condenados às penas de 7 anos, 3 meses e 3 dias de reclusão, em regime fechado, mais pagamento de 16 dias-multa, como incursos no art. 157, § 2º, II, do Código Penal.

Em sede recursal o Tribunal de origem negou provimento aos apelos defensivos.

Neste *habeas corpus*, alega o impetrante ser inidônea a exasperação da pena-base com amparo no valor de veículo ou no temor e intranquilidade da população, bem que os acusados só possuem uma condenação anterior, utilizada também para reconhecer a agravante de reincidência.

Aduz que a atenuante de confissão espontânea é igualmente preponderante à agravante de reincidência, devendo ser compensada integralmente.

Requer, liminarmente e no mérito, a fixação da sanção básica no mínimo e a compensação integral entre a confissão e a reincidência.

É o relatório.

Decido.

A concessão de liminar em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrada, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial.

Na espécie, sem qualquer adiantamento do mérito da demanda, não vislumbro, ao menos neste instante, a presença de pressuposto autorizativo da tutela de urgência pretendida.

Assim, **indefiro** o pedido de liminar.

Suficientemente instruído o feito, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS
Relator